

=====

I.
EM 1994 ANÍBAL FAUNDES DECLARA
À IMPRENSA QUE ENSINA A FAZER ABORTO
NO HOSPITAL DA UNICAMP

=====

MÉDICO DIZ QUE UNICAMP FAZ ABORTO

=====

Folha de São Paulo 16/06/1994

Diretor assume que interrompe gravidez em fetos malformados, o que é considerado crime no país

LUCIANA CAMARGO

O médico Aníbal Faundes, diretor do Caism (Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher), da Universidade Estadual de Campinas, afirma que a instituição realiza abortos para casos de malformação de fetos que não tenham condições de sobrevivência.

Segundo a lei brasileira, esse tipo de aborto é ilegal. O Código Penal prevê pena de um a quatro anos de prisão para pessoas que provocam aborto, mesmo com o consentimento da gestante. O médico pode ter o diploma cassado.

Segundo Faundes, a instituição, um dos mais importantes centros de atendimento à mulher do Estado, vem praticando este tipo de aborto "há alguns anos".

Faundes afirma saber que este tipo de aborto não é legal, mas que mesmo assim apóia sua prática.

Ele disse que é contra o aborto. "Acho que não existe nenhum ser humano favorável ao aborto. Eu sou a favor do direito da mulher de escolher se quer ou não interromper a gravidez."

Leia abaixo os principais trechos da entrevista concedida por Faundes em sua casa, em Campinas, na noite de terça-feira.

Folha - Quando o senhor começou a trabalhar com mulheres e com aborto?

Anibal Faundes - Minha história com abortos começou em 1953, no Chile. Eu era interno do PS e fazia um plantão das 6h30 às 9h da noite. Geralmente ficava curetando abortos por duas horas e meia. Naquela época, a mulher que abortava era considerada criminosa. Eu me deixei levar pelo ambiente. A atendente de enfermagem tratava mal a mulher porque a mulher era uma criminosa, tinha matado um filho. Eu entrava nessa também. E, claro, a curetagem era feita sem anestesia, para que doesse. Até que eu comecei a escutar as mulheres. Comecei a escutar a história delas. E as histórias eram sempre trágicas. Foi aí que eu cheguei à conclusão de que nenhuma mulher gosta de fazer aborto.

Folha - O sr. tem idéia do número de mulheres que fazem aborto em Campinas por ano?

Faundes - Não existe estatística para Campinas.

Folha - É possível dizer que o aborto acontece em maior número em uma determinada faixa social?

Faundes - O aborto é praticado em todas as faixas sociais. A forma de aborto é que varia.

Folha - Quantas mulheres morrem em função de abortos?

Faundes - A estimativa é de que 10% a 12% das mortes maternas (aquelas que acontecem durante a gravidez ou logo depois do parto) estejam ligadas ao aborto.

Folha - O sr. é favorável ao aborto?

Faundes - Eu sou contra. Aliás, não acredito que haja alguém a favor do aborto. Eu sou a favor do direito da mulher de escolher se quer ou não interromper a gravidez. Hoje a legislação permite o aborto em duas situações. A primeira é se a gravidez coloca a vida da mulher em risco e a segunda é em caso de estupro.

Folha - O sr. sabe se as mulheres de Campinas usam métodos anticoncepcionais?

Faundes - Mais de 70% das mulheres de Campinas que vivem em regime de união usam algum tipo de anticoncepcional.

Folha - A Unicamp doa métodos a mulheres interessadas?

Faundes - O Caism fornece todos os métodos gratuitamente.

Folha - Qual o tipo de método que o sr. acha mais eficiente?

Faundes - Não existe método ideal. Existe o serviço melhor que oferece opções às mulheres. A mulher tem direito de decidir o que quer.

Folha - Que tipos de aborto caseiro chegam a Unicamp para se fazer a curetagem?

Faundes - Ainda há uma porcentagem alta de mulheres que usam Cytotec, pelo menos a metade das mulheres.

Folha - Como ele age em grávidas?

Faundes - Ele dilata o colo, provoca contração e elimina o feto. APROVEITAMOS PARA ENSINAR AS MULHERES COMO USAR. É MUITO MELHOR QUE SAIBAM FAZER BEM UM ABORTO COM CYTOTEC DO QUE PROCUREM UMA ABORTEIRA QUE PERFURA O ÚTERO.

Folha - Qual é o risco que a mulher corre usando Cytotec?

Faundes -O principal problema é que ela tenha uma hemorragia, mas é raro.

Folha - Existem muitas clínicas em Campinas que fazem aborto?

Faundes - Existem clínicas, mas não sei se são muitas.

Folha - No caso do Caism, as mulheres quando chegam já estão com o aborto em andamento?

Faundes - Isso mesmo. Nós temos feito abortos legais. Mas todo aquele que chega solicitando, a gente faz. Não se coloca obstáculo à legalidade do aborto.

Folha - O Caism faz aborto?

Faundes - Aborto legal. A mulher que foi estuprada, que deu parte na polícia. Não é preciso mandado do juiz. Isso não está na lei. O que a gente geralmente faz é pedir o parecer da Medicina Legal da Unicamp. Isso é suficiente. Não precisamos ordem do juiz. A lei prevê o aborto nos casos de estupro e nos casos em que a mulher corre risco de vida.

Folha - O senhor não sabe quantos foram feitos na Unicamp este ano?

Faundes - Muito pouco, porque é difícil a mulher conseguir vencer todo o processo. Primeiro, porque a mulher estuprada não denuncia o estupro. Quando descobre que está grávida, o estupro já aconteceu há bastante tempo.

Folha - A Unicamp faz abortos?

Faundes - Nós fazemos um tipo de aborto que não é tipicamente legal, que é o aborto do feto malformado, que não tem condições de vida. Nós fazemos a interrupção da gravidez, apesar de não ser legal. Eu pessoalmente assumo isso.

Folha - Isso pode trazer algum problema?

Faundes - Alguém poderia me condenar porque estou dizendo isso. O Conselho Regional de Medicina não reconhece isso como legal. A lei não reconhece como legal.

Folha - Posso publicar isso?

Faundes - Publica. Eu quero que publique. Porque eu considero muito mais antiético manter uma mulher durante oito meses, sete meses com um feto na barriga que ela sabe que não vai viver, do que interromper a gravidez. O que é antiético é condenar a mulher a isso.

Folha - Quantos já foram feitos?

Faundes - Isso nós fazemos todos os anos. Não sei, não me pergunte números.

=====

PAINEL DO LEITOR

=====

Aborto e hipocrisia

Folha de São Paulo 26/06/1994

"Fiquei indignada com as declarações do sr. Aníbal Faúndes quanto à prática de aborto pela Unicamp e quanto ao ensino de como praticar o aborto, 'receita' publicada pela Folha. Em vez de ensinar e divulgar o aborto, por que não ensinar como se utilizar os métodos anticoncepcionais?"

Nadia Gaiofatto (Assis, SP)

=====

=====

II. ARTIGOS DE 2007

=====

=====

ABORTOS INSEGUROS MATAM 70 MIL MULHERES POR ANO EM TODO O MUNDO, APONTA RELATÓRIO

=====

<http://www.clicbrasil.com.br/portal/noticia.php?IdNoticia=28786>

30/05/2007 - 16:43:15

O estudo da Federação Internacional de Planejamento Familiar mostra que 96% dos procedimentos inseguros ocorrem em países em desenvolvimento

A Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF, na sigla em inglês), entidade que atua em 150 países, divulgou hoje um relatório sobre o aborto inseguro no mundo. Segundo a pesquisa, intitulada "Morte e Negação: Abortamento Inseguro e Pobreza", estima-se que a cada ano são realizados cerca de 46 milhões de abortos para interrupção de gravidez indesejada em todo o mundo, dos quais 19 milhões são feitos de forma insegura e 70 mil resultam em morte materna.

A América Latina registra 17% dos abortos clandestinos, atrás apenas da África (58%). O Brasil é responsável por um milhão de interrupções de gravidez de forma insegura a cada ano. A média brasileira no ano passado foi de 2,07 abortos induzidos por grupo de 100 mulheres.

"O abortamento inseguro é uma das maiores causas de mortalidade materna em todo o mundo: uma tragédia humana que poderia ser evitada e que revela o fracasso dos governos nacionais e da comunidade internacional em solucionar um tema de saúde pública e que perpetua uma das maiores injustiças sociais, separando as nações ricas das pobres", disse, no relatório, Steven Sinding, diretor-geral da Federação Internacional de Planejamento Familiar.

Segundo o relatório da entidade, 25% da população mundial vivem em países onde o aborto é considerado ilegal ou severamente restrito. O estudo aponta 31 países em que a interrupção voluntária da gravidez é legalizada, como Canadá, França, Irã, Camboja, Etiópia, México, Paquistão, Portugal, Espanha e África do Sul.

A Federação Internacional de Planejamento Familiar destaca o exemplo da Romênia, onde o taxa de mortalidade materna caiu depois que uma lei que proibia o aborto foi revogada. A lei havia sido aprovada em 1966. Entre 1964 e 1988, a mortalidade materna no país subiu de 80 mortes por grupo de 100 mil nascidos vivos para 180 mortes. Após a revogação da lei, a taxa de mortalidade caiu para 40 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

"Esse é um exemplo muito claro, quase um experimento social que mostra que a proibição não diminui a prática do aborto, ele só aumenta a mortalidade materna", afirmou a diretora da IPPF, Carmem Barroso.

Segundo ela, outra experiência internacional que obteve sucesso na na redução de mortes maternas ocorreu no Uruguai, no maior hospital público do país. Entre 2000 e 2002, 48% das mortes maternas registradas no hospital foram em consequência de abortos inseguros.

Para diminuir o índice, os médicos implementaram o projeto Inciativas Sanitárias para Redução do Aborto Inseguro, por meio do qual as mulheres que pretendiam fazer um aborto passavam por consultas pré-aborto. O projeto foi reconhecido pelo governo uruguaio e atualmente está em estudo a expansão para todo o Uruguai.

"No Uruguai, assim como no Brasil, as leis são muito restritivas, mas o que está proibido é fazer o aborto, não está proibido dar informações", contou o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Anibal Faúndes, que prestou assessoria para a implementação do projeto. De acordo com ele, na consulta os médicos ofereciam alternativas às mulheres, como dar continuidade à gravidez e oferecer o bebê à adoção após o parto.

"Àquelas que apesar de todo aconselhamento decidem fazer um aborto, eles dão informações sobre os riscos de cada um dos procedimentos clandestinos, incluindo a curetagem, o uso de sonda, de objetos metálicos colocados dentro do útero, mas também informando sobre o uso do misoprostol, que é a droga que está no Cytotec."

De acordo com o pesquisador, se esse medicamento, que é de uso controlado, for usado nas doses aconselhadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os riscos de complicação são menores.

Agência Brasil

=====
ONG VAI ORIENTAR MULHERES QUE QUEREM ABORTAR
=====

<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/05/31/ger-1.93.7.20070531.1.1.xml>

Projeto é inspirado em experiência uruguaia e se baseia em redução de danos; advogado diz que é crime

Lígia Formenti, BRASÍLIA e Tatiana Fávaro, CAMPINAS

Diante da demora na tramitação de projetos no Congresso Nacional sobre a legalização do aborto no País, uma organização não-governamental decidiu adotar estratégia ousada e polêmica. Em setembro, a Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam) inicia em Campinas um projeto para orientar interessadas em interromper a gravidez sobre métodos existentes e seus riscos. "Não vamos incentivar o aborto, só orientar mulheres para que optem pelo mais seguro", justificou o secretário-executivo da organização, Ney Costa. Uma abordagem definida por ele como redução de danos. "Se a mulher está convicta, o mínimo que podemos fazer é informá-la."

Entre os métodos explicados, está o uso do medicamento misoprostol, apresentado comercialmente como Citotec ou Cytotec. Ele é indicado para o tratamento de problemas gástricos, mas historicamente reconhecido por ser abortivo. No Brasil, seu uso é restrito a hospitais cadastrados, seja para casos de aborto previstos em lei ou para indução de parto.

O projeto brasileiro é inspirado na experiência de um hospital público do Uruguai, responsável por 20% dos partos naquele país (veja texto acima). Integrantes do projeto brasileiro vão em junho ao Uruguai receber treinamento.

No Brasil, o aconselhamento será ofertado em 15 unidades públicas de saúde, todas na cidade de Campinas. A meta é atender 3 mil mulheres, num prazo de dez meses. O projeto recebeu o financiamento de US\$ 150 mil da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF)

A Secretaria de Saúde de Campinas submeteu a proposta da IPPF à avaliação de especialistas. Segundo o coordenador da Saúde da Mulher, Fernando Brandão, o acesso a informações sobre aborto é tema polêmico e deve ser estudado com cautela. "O projeto nos foi trazido, estamos avaliando e achamos que merece atenção, inclusive de secretarias de Educação, Cultura, Assistência Social e Coordenadoria da Mulher, para tomarmos posição firme, já que informar é bom, mas o tema é polêmico", afirmou.

A Coordenadoria de Saúde da Mulher informou que anualmente há registros de três mortes em processos ilegais de aborto. Levantamento do Centro de Pesquisas Materno-Infantis (Cemicamp) da Unicamp mostra que pelo menos 1.500 mulheres recebem por ano atendimento por não terem conseguido completar um aborto. De acordo com Aníbal Faúndes, um dos responsáveis pelo projeto no Cemicamp, o objetivo é reduzir os danos por abortos incompletos e também o número de tentativas de interromper a gravidez.

LEGAL OU ILEGAL?

"As pessoas estão perdendo a sensatez", reagiu o professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Cezar Bitencourt. Ele

argumenta que a orientação planejada prevista no projeto nada mais é do que apologia ao crime. E a indicação de remédios de uso restrito hospitalar, como o uso de drogas não autorizadas. "Uma coisa é discutir a mudança da lei. Outra é desprezar o que está em vigor." Costa, por sua vez, está convicto de que o projeto não fere a lei. "Ele se baseia no direito à informação, elemento básico da cidadania", afirmou. Para não serem acusados de promover ou facilitar o aborto, integrantes da BemFam serão orientados a não indicar locais onde realizar a interrupção da gravidez - ou onde adquirir o medicamento misoprostol.

Hoje, muitas mulheres recorrem ao medicamento em camelôs e na internet. Para ele, o tema tem de ser discutido com seriedade. "Não faz sentido que gestantes tenham de lidar com criminosos."

O arcebispo de São Paulo, d. Odilo Scherer, disse que se preocupa com o fato de mais uma instituição estrangeira fazer pressão pró-aborto no Brasil e na América Latina. "Me parece uma maneira indevida de influenciar as populações mais pobres, as mais fragilizadas", adverte. O cardeal d. Geraldo Majella Agnelo, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, questiona: "por que essa organização não investe em programas de valorização da vida, em vez de chamar a atenção para o aborto?"

A diretora da IPPF, Carmem Barroso, defende o programa. Mas reconhece que não há, hoje, como garantir a qualidade do remédio comprado no País. "O ideal seria discutir o acesso ao remédio." Feministas têm esperança de que a proposta seja encampada pelo governo - sobretudo com a oferta do medicamento. "Talvez a estratégia tenha de ser um pouco diferente da do Uruguai. Mas a idéia é interessante", avalia Maria José Araújo, que trabalhou no Programa de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e agora integra a Rede Feminista de Saúde. O Ministério da Saúde não quis se pronunciar.

=====
ONG EM SP VAI ORIENTAR MULHERES
QUE QUEREM FAZER ABORTO
=====

<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL44976-5605,00.html>

31/05/2007

'Não vamos incentivar o aborto, apenas orientar pelo mais seguro', diz ONG.

Segundo a ONG Bem-Estar Familiar do Brasil, iniciativa é para 'redução de danos'.

Diante da demora na tramitação de projetos no Congresso Nacional sobre a legalização do aborto no País, uma organização não-governamental decidiu adotar estratégia ousada. Em setembro, a Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam) inicia em Campinas, a 95 km de São Paulo, um projeto para orientar interessadas em interromper a gravidez sobre métodos existentes e seus riscos.

"Não vamos incentivar o aborto, apenas orientar mulheres para que optem pelo mais seguro", justificou o secretário-executivo da organização, Ney Costa. Uma abordagem definida por ele como redução de danos. "Se a mulher está convicta, o mínimo que podemos fazer é informá-la."

Entre os métodos explicados, está o uso do medicamento misoprostol, apresentado comercialmente como Citotec ou Cytotec. Ele é indicado para o tratamento de problemas gástricos, mas historicamente reconhecido por ser abortivo. No Brasil, seu uso é restrito a hospitais cadastrados, seja para casos de aborto previstos em lei ou para indução de parto.

O projeto brasileiro é inspirado na experiência de um hospital público do Uruguai, responsável por 20% dos partos naquele país. Integrantes do projeto brasileiro vão em junho ao Uruguai receber treinamento. No Brasil, o aconselhamento será ofertado em 15 unidades públicas de saúde, todas na cidade de Campinas. A meta é atender 3 mil mulheres, num prazo de dez meses. O projeto recebeu o financiamento de U\$ 150 mil da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF). As informações são de O Estado de S.Paulo.

=====
URUGUAI ACABA COM MORTE MATERNA
=====

<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/05/31/ger-1.93.7.20070531.2.1.xml>

Ariel Palácios

A prática do aborto no Uruguai é crime. Mas, desde 2004, existe no país um programa de assistência médica que fornece orientação às mulheres que planejam abortar. Batizado de "Normas e Guias Clínicas para a Atenção Pré e Pós-Aborto", permite que milhares de mulheres possam driblar a lei. Sua ação, no entanto, é restrita, já que é aplicado apenas no Pereyra Rossell, principal hospital público de Montevidéu, responsável por 20% dos partos no país.

O programa determina que os médicos devem explicar às mulheres quais são as técnicas de aborto existentes e os riscos de cada uma. Oficialmente, serve para prevenir abortos inseguros, feitos na ilegalidade, por pessoas não habilitadas. Na prática, é uma forma de driblar a proibição do aborto, já que os médicos as

assessoram sobre as formas "de fazer aquilo que não deveria ser feito". O programa também dá atenção pós-aborto.

Em 2004, o aborto era responsável por 48% das mortes ocorridas no hospital. No ano passado, nenhuma morte foi registrada. Apenas 20% das mulheres orientadas optaram por não fazer o aborto - pela gravidez adiantada ou após verem exames com a imagem do bebê. Todas as que decidiram pela interrupção optaram por usar o remédio misoprostol.

MP QUER FECHAR ONG POR ORIENTAR SOBRE ABORTO

<http://txt.estado.com.br/editorias/2007/06/01/ger-1.93.7.20070601.6.1.xml>

Entidade que coordenará projeto de apoio a mulheres em Campinas será processada por apologia do crime

Tatiana Fávaro, CAMPINAS

O Ministério Público do Estado de São Paulo em Campinas enviou ontem à Delegacia Seccional do município, a 95 quilômetros da capital, o pedido de abertura de inquérito policial para apurar suposta apologia ao crime cometida pela organização não-governamental (ONG) Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam).

Conforme o Estado mostrou ontem, a ONG divulgou um projeto para orientar mulheres interessadas em interromper a gravidez por meio do qual serão dadas informações sobre modos existentes de aborto e seus riscos. Segundo a ONG, o projeto-piloto começará em Campinas em setembro.

De acordo com o promotor Fernando Vianna, não se trata de uma questão de mérito - a favor ou contra o aborto -, mas de violação de uma das leis que rege o Estado de Direito. "Aborto só é um ato legal quando praticado em casos de estupro e de riscos à vida da mãe, em casos necessários", afirmou. "Se algo já ocorreu nesse sentido, pensamos que outro tipo de crime possa ter ocorrido: o de co-participação, já que, dessa forma, as pessoas envolvidas nesse projeto estariam induzindo, instigando as mulheres que têm ou tiveram intenção de abortar."

O secretário-executivo da ONG, Ney Costa, reagiu que a promotoria sequer terá um objeto de estudo pois o projeto ainda nem foi iniciado. "Além disso, não há nenhuma apologia ao aborto. Se eles quiserem buscar esclarecimentos, podem buscar para dissipar as dúvidas porque o projeto nada mais é que uma atividade informativa com mulheres que buscam o serviço de saúde", disse Costa.

O promotor encaminhou ainda um pedido de apuração dos objetivos da BemFam à Promotoria de Interesses Difusos e Coletivos . "Se a ONG pretende incentivar ou orientar um objeto ilícito, tem de sofrer ação para ser fechada", afirmou. "O trabalho será para orientar sobre os riscos que as mulheres correm ao buscar serviços clandestino ou ao usar medicamentos, não existe da nossa parte nenhum entendimento de incentivo nisso", rebateu Costa.

APOIO

A iniciativa do MP ganhou o apoio do Movimento em Defesa da Vida - Brasil sem Aborto. O movimento foi criado em julho de 2006 e tem 15 comitês estaduais para tratar de temas como o aborto. "Se o Ministério Público não tivesse proposto essa investigação, nós entraríamos com uma representação, pois é uma violação ao direito garantido pela Constituição e pelo novo Código Civil", afirmou o coordenador nacional do movimento, Jaime Ferreira Lopes. No dia 15 de agosto, representantes de 15 estados se reúnem em Brasília para uma marcha em frente ao Congresso, em Brasília, em favor da vida.

DIREITO À INFORMAÇÃO

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse ontem achar "pouco provável" que o projeto possa ser acusado de apologia ao crime. "Na realidade, (o direito à informação) já está dentro da política de direitos sexuais e reprodutivos, que é tratar adequadamente com respeito, dignidade e humanização as mulheres em processo de abortamento."

O projeto de Campinas é inspirado na experiência de um hospital público do Uruguai, responsável por 20% dos partos naquele país. Integrantes da iniciativa brasileira vão em junho ao Uruguai receber treinamento.

No Brasil, o aconselhamento será ofertado em 15 unidades públicas de saúde, todas na cidade de Campinas. A meta é atender 3 mil mulheres, num prazo de dez meses. O projeto recebeu o financiamento de U\$ 150 mil da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF).

MP QUER FECHAR ONG QUE DÁ ORIENTAÇÕES SOBRE ABORTO

<http://www.reporterdiario.com.br/index.php?id=17647>

O Ministério Público do Estado de São Paulo em Campinas (SP) enviou nesta quinta-feira (31) à Delegacia Seccional do município, a 95 quilômetros da

capital, o pedido de abertura de inquérito policial para apurar suposta apologia ao crime cometida pela organização não-governamental (ONG) Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam).

A ONG divulgou um projeto para orientar mulheres interessadas em interromper a gravidez por meio do qual serão dadas informações sobre modos existentes de aborto e seus riscos. Segundo a ONG, o projeto-piloto começará em Campinas em setembro.

De acordo com o promotor Fernando Vianna, não se trata de uma questão de mérito - a favor ou contra o aborto -, mas de violação de uma das leis que rege o Estado de Direito. "Aborto só é um ato legal quando praticado em casos de estupro e de riscos à vida da mãe, em casos necessários", afirmou.

"Se algo já ocorreu nesse sentido, pensamos que outro tipo de crime possa ter ocorrido: o de co-participação, já que, dessa forma, as pessoas envolvidas nesse projeto estariam induzindo, instigando as mulheres que têm ou tiveram intenção de abortar."

O secretário-executivo da ONG, Ney Costa, reagiu que a promotoria sequer terá um objeto de estudo pois o projeto ainda nem foi iniciado. (AE)

=====
NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE NOTÍCIA
VEICULADA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO
=====

http://www.campinas.sp.gov.br/saude/noticias/not_06_07/not_01_06_07d.htm

01/06/2007

Nota de esclarecimento

A Secretaria Municipal de Saúde de Campinas foi procurada há aproximadamente dois meses para discutir o acolhimento à mulher com gravidez indesejada. Na oportunidade, em nenhum momento, foi discutida a implementação de técnicas de orientação ao aborto, mas sim o acolhimento das mulheres com gravidez indesejável por meio de equipes multidisciplinares envolvendo psicólogos, médicos, enfermeiros, assistentes sociais e outros. Tanto a Secretaria Municipal de Saúde quanto a Administração Municipal entendem que é necessária uma ampla discussão sobre o tema com todas as Secretarias Municipais ligadas às questões da mulher e com a sociedade, representada pelos seus diversos segmentos e pelo Conselho Municipal de Saúde. Neste momento,

não existe nenhuma programação da Secretaria para ofertar programa neste sentido em Campinas conforme veiculado pelo Jornal O Estado de São Paulo

José Francisco Kerr Saraiva

Secretário Municipal de Saúde de Campinas

=====

MPE QUER INQUÉRITO PARA SABER
SE MÉDICOS INCITAM AO ABORTO EM CAMPINAS

=====

<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/06/01/296000279.asp>

01/06/2007

Germano Oliveira, O Globo

SÃO PAULO - O Ministério Público Estadual (MPE) determinou nesta sexta-feira a abertura de inquérito policial para investigar se a ONG Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam) está fazendo apologia do aborto ao implantar nos postos de saúde da Prefeitura de Campinas um projeto que objetiva orientar as mulheres como se comportar ao realizarem um aborto. O promotor Fernando Pereira Vianna Neto, do MPE de Campinas, considera que os médicos que comandam o projeto podem estar incitando à prática do aborto, mas o médico uruguaio Anibal Faundes, autor do projeto apresentado à secretaria de Saúde de Campinas, diz que os promotores não estão entendendo sua iniciativa.

Ele quer que a mulher seja orientada a sofrer menos caso decida fazer um aborto, recebendo atendimento médico depois de consumir sua intenção para que não venha a morrer em razão da prática considerada ilegal pela Justiça.

O promotor Vianna Neto disse ter lido nos jornais que os médicos responsáveis pelo projeto que a Prefeitura adotará nos postos de saúde da cidade desejam explicar às mulheres os vários métodos de se fazer um aborto, inclusive com o uso de medicamentos como o Citotec, cuja venda é proibida no Brasil. Como o aborto é ilegal no país, os médicos podem ser processados criminalmente caso se confirme no inquérito que estimulam práticas abortivas. Podem ser condenados a penas de um a quatro anos de prisão.

O médico Anibal Faundes diz que os promotores desconhecem o seu projeto e por isso pediram a abertura do inquérito.

- Assumo inteira responsabilidade pelo projeto. Ele ainda não foi implantado na rede pública de saúde da cidade, mas se vier a ser, o projeto poderá salvar muitas vidas. No Uruguai, onde ajudei a implantar projeto semelhante, de 2001 a 2003, 48% das mortes maternas aconteceram em razão de abortos. Depois do projeto, conseguimos salvar muitas vidas lá. E queremos fazer o mesmo em Campinas com o projeto piloto - disse Faundes.

Segundo ele, o programa consiste em explicar às mulheres que elas podem morrer se não fizerem o aborto com todos os cuidados e, se fizerem o aborto, podem procurar os médicos caso sofram alguma complicação depois.

- Tem mulher que faz aborto ilegal por ter sido estuprada e não sabe que pode fazer o aborto legal em um hospital público. O que nós queremos é que a mulher não morra se fizer um aborto, mesmo que ilegal. E depois que fizer o aborto, pode nos procurar para receber anticoncepcionais para evitar que fique grávida novamente e precise de novo aborto - explicou Faundes, um dos maiores especialistas em planejamento familiar da América Latina.

Para a Bemfam, com sede no Rio, as mulheres compram Citotec em camelôs nas principais cidades brasileiras e o programa objetiva explicar que se as mulheres usarem esse remédio para fazer aborto, podem morrer, mas se usarem remédio e tiverem complicações, como hemorragias, devem procurar os médicos. O secretário-executivo da Bemfam, Ney Costa, não foi localizado para comentar a iniciativa do MPE, mas a assessoria da entidade diz que prestará os esclarecimentos que forem necessários para esclarecer os objetivos do programa, que "não faz apologia alguma do aborto".

=====

ENTIDADE QUE COORDENARÁ PROJETO DE APOIO A MULHERES EM
CAMPINAS SERÁ PROCESSADA POR APOLOGIA DO CRIME

=====

http://www.mp.sp.gov.br/pls/portal/PORTAL.wwwv_media.show?p_id=1633346&p_settingssetid=11257&p_settingssiteid=0&p_siteid=118&p_type=basetext&p_textid=1633347

O Ministério Público do Estado de São Paulo em Campinas enviou ontem à Delegacia Seccional do município, a 95 quilômetros da capital, o pedido de abertura de inquérito policial para apurar suposta apologia ao crime cometida pela organização não-governamental (ONG) Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam).

Conforme o Estado mostrou ontem, a ONG divulgou um projeto para orientar mulheres interessadas em interromper a gravidez por meio do qual serão dadas

informações sobre modos existentes de aborto e seus riscos. Segundo a ONG, o projeto-piloto começará em Campinas em setembro.

De acordo com o promotor Fernando Vianna, não se trata de uma questão de mérito - a favor ou contra o aborto -, mas de violação de uma das leis que rege o Estado de Direito. "Aborto só é um ato legal quando praticado em casos de estupro e de riscos à vida da mãe, em casos necessários", afirmou. "Se algo já ocorreu nesse sentido, pensamos que outro tipo de crime possa ter ocorrido: o de co-participação, já que, dessa forma, as pessoas envolvidas nesse projeto estariam induzindo, instigando as mulheres que têm ou tiveram intenção de abortar."

O secretário-executivo da ONG, Ney Costa, reagiu que a promotoria sequer terá um objeto de estudo pois o projeto ainda nem foi iniciado. "Além disso, não há nenhuma apologia ao aborto. Se eles quiserem buscar esclarecimentos, podem buscar para dissipar as dúvidas porque o projeto nada mais é que uma atividade informativa com mulheres que buscam o serviço de saúde", disse Costa.

O promotor encaminhou ainda um pedido de apuração dos objetivos da BemFam à Promotoria de Interesses Difusos e Coletivos. "Se a ONG pretende incentivar ou orientar um objeto ilícito, tem de sofrer ação para ser fechada", afirmou. "O trabalho será para orientar sobre os riscos que as mulheres correm ao buscar serviços clandestino ou ao usar medicamentos, não existe da nossa parte nenhum entendimento de incentivo nisso", rebateu Costa.

APOIO

A iniciativa do MP ganhou o apoio do Movimento em Defesa da Vida - Brasil sem Aborto. O movimento foi criado em julho de 2006 e tem 15 comitês estaduais para tratar de temas como o aborto. "Se o Ministério Público não tivesse proposto essa investigação, nós entraríamos com uma representação, pois é uma violação ao direito garantido pela Constituição e pelo novo Código Civil", afirmou o coordenador nacional do movimento, Jaime Ferreira Lopes. No dia 15 de agosto, representantes de 15 estados se reúnem em Brasília para uma marcha em frente ao Congresso, em Brasília, em favor da vida.

DIREITO À INFORMAÇÃO

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse ontem achar "pouco provável" que o projeto possa ser acusado de apologia ao crime. "Na realidade, (o direito à informação) já está dentro da política de direitos sexuais e reprodutivos, que é tratar adequadamente com respeito, dignidade e humanização as mulheres em processo de abortamento."

O projeto de Campinas é inspirado na experiência de um hospital público do Uruguai, responsável por 20% dos partos naquele país. Integrantes da iniciativa brasileira vão em junho ao Uruguai receber treinamento.

No Brasil, o aconselhamento será ofertado em 15 unidades públicas de saúde, todas na cidade de Campinas. A meta é atender 3 mil mulheres, num prazo de dez meses. O projeto recebeu o financiamento de U\$ 150 mil da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF).

=====

PREFEITURA DE CAMPINAS ESTUDA A IMPLANTAÇÃO
NA REDE MUNICIPAL DE PROGRAMA
ELABORADO POR ONG DE PLANEJAMENTO FAMILIAR

=====

http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/junho2007/clipping070601_correipop.html

Assessoria de Comunicação e Imprensa - UNICAMP

Aborto: Saúde avalia orientar riscos (Correio Popular - Cidades - 01/06/2007)

Delma Medeiros DA AGÊNCIA ANHANGÜERA delma@rac.com.br

A Prefeitura de Campinas avalia a implantação na rede municipal de saúde de um programa de acolhimento à mulher com gravidez indesejada, visando reduzir os danos resultantes de abortos — procedimento ilegal que é atualmente a quarta causa de morte materna no Brasil. Segundo o secretário de Saúde, José Francisco Kerr Saraiva, o Município foi procurado há cerca de dois meses por representantes do Centro de Pesquisas Materno-Infantis (Cemicamp) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com uma proposta da organização não-governamental (ONG) Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam), para implementação do programa na cidade.

Como o acesso a informações sobre aborto é uma questão polêmica, o projeto deve ser objeto de amplo debate, envolvendo todas as secretarias ligadas aos assuntos relacionados à mulher, e outros segmentos da sociedade, como conselheiros de saúde e lideranças religiosas. "Entendemos que a mulher com gravidez indesejada merece o mesmo acolhimento dado a todos os cidadãos em situação de risco, mas em nenhum momento foi discutido sobre aborto, mas sim sobre o acolhimento e orientação dessas mulheres por equipe multidisciplinar", diz o secretário. Apesar de afirmar que pessoalmente é absolutamente contrário ao aborto, Saraiva avalia que não lhe cabe impor sua opinião como secretário, mas sim abrir a discussão e ouvir a sociedade civil e outros setores da administração sobre a questão.

O secretário destaca que até o momento não há nenhuma definição sobre a implantação do projeto, como foi publicado em outros veículos de imprensa. Já o secretário-executivo da BemFam, Ney Costa, diz que o projeto recebeu financiamento de US\$ 150 mil da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF, na sigla em inglês), e que a idéia é capacitar profissionais de 15 centros de saúde para o acolhimento e orientação às mulheres com gravidez indesejada sobre os riscos do aborto inseguro. O projeto se inspira na experiência de um hospital público do Uruguai e um grupo de profissionais já teria, inclusive, acertado viagem em junho para o Uruguai para receber treinamento.

"O projeto não vai interferir no processo de decisão da mulher, apenas aconselhar e mostrar as possíveis conseqüências do aborto inseguro", reforça Costa, frisando que a abordagem visa a redução de danos, já que é sabido que o aborto irregular é causa de inúmeras mortes. A idéia, segundo ele, vem ao encontro do programa do Ministério da Saúde de redução da morte materna, apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início da semana.

Para o médico ginecologista-obstetra Aníbal Faúndes, um dos coordenadores do Cemicamp e que participou da implantação do programa no Uruguai (país onde o aborto também é ilegal), o objetivo do projeto é reduzir o número de abortos, prevenir nova gravidez indesejada no futuro e evitar mortes ou complicações decorrentes de aborto inseguro. "Se não é possível evitar uma conduta social indesejável, a alternativa é reduzir os danos decorrentes dela", avalia.

Segundo Faúndes, levantamento do Cemicamp mostra que em torno de 1,5 mil mulheres são internadas anualmente somente na Unicamp por complicações de aborto. Ele lembra ainda que a abordagem segue os moldes do Programa de Redução de Danos (PRD) desenvolvido com usuários de drogas.

DEBATES FORAM INCENTIVADOS POR MINISTRO

A polêmica sobre o aborto voltou a ordem do dia com as declarações do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que defendeu a abertura de discussão sobre a legalização da prática logo que tomou posse, em março último. Na época, Temporão defendeu que o aborto tem que ser encarado como questão de saúde pública, posição apoiada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A questão ganhou força novamente com a visita do papa Bento XVI ao Brasil. Em visita a Campinas, na última segunda-feira, Temporão evitou o assunto. Segundo ele, o aborto tem que ser incluído em uma política de planejamento familiar, mas não está sendo discutido dentro do governo. "O assunto tem que ser debatido no Congresso para que os deputados e senadores possam resolver", afirmou, citando que a ação do governo no momento é no sentido de ampliar o acesso da população aos métodos anticoncepcionais. (DM/AAN)

=====

MP PEDE APURAÇÃO DE APOLOGIA A ABORTO

<http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/integra.asp?id=196245>

Carla Silva e Nice Bulhões / Agência Anhangüera

O Ministério Público Estadual (MPE) pediu ontem à Delegacia Seccional de Campinas a instauração de um inquérito policial para apurar a suposta apologia ao crime de aborto cometida pela organização não-governamental (ONG) Bem-Estar Família no Brasil (BemFam). Ela pretende ser parceira da Prefeitura de Campinas. Já é do Centro de Pesquisas Materno-Infantis (Cemicamp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em um projeto que visa acolher e orientar mulheres com uma gravidez indesejada.

"Pedi a abertura de um inquérito policial para apurar a conduta dos integrantes da ONG. A forma como esse projeto está sendo divulgado pode induzir a prática do crime. Por isso, quero saber no que consiste a ação dessa ONG", afirmou Fernando Vianna.

Ao mesmo tempo, o promotor solicitou à Promotoria de Difusos que apure como se dá hoje o funcionamento das políticas públicas de saúde. O Ministério da Saúde informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que aguarda o procedimento do MP para se pronunciar sobre o assunto. Esta semana, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, considerou "pouco provável" que o projeto possa ser acusado de apologia ao crime. Mas, o Ministério preferiu aguardar para ver as argumentações do MP.

A Secretaria-Executiva da ONG BemFam informou ontem que aguarda a intimação da polícia e que não irá se pronunciar no momento "por conta do tiroteio causado em torno de um tema polêmico - o aborto - e em respeito aos outros dois parceiros do projeto, a Prefeitura de Campinas e um dos coordenadores do Cemicamp, o ginecologista-obstetra Aníbal Faúndes".

A ONG, que tem sua sede no Rio de Janeiro, informou ainda que "não há nada a temer, já que, em seus 41 anos de existência, desenvolve ações de marketing social, visando atitudes de mudança comportamental, tais como a promoção da anticoncepção de emergência, buscando tornar públicas informações relevantes e atualizadas sobre alguns temas".

OBSTETRA CONTESTA: NÃO VÃO ESTIMULAR ABORTO

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1661017-EI6582,00.html>

Sábado, 2 de junho de 2007, 08h04

Raphael Prado

Cerca de 700 mulheres brasileiras, todos os anos, morrem em consequência da prática de abortos inseguros. Mas uma proposta uruguaia, que está sendo estudada pela Secretaria de Saúde de Campinas - interior de São Paulo - para implantação na rede pública municipal pretende mudar esse número.

A idéia é do dr. Aníbal Faúndes, professor aposentado de obstetrícia da Unicamp, que é também coordenador do Grupo de Trabalho sobre Aborto Inseguro da Figo (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia). Ele foi um dos que ajudaram a implantar o sistema em Montevidéu, capital uruguaia, e, aos 76 anos, assessora os colegas vizinhos na expansão do programa para todo o País.

Muita coisa precisa ser esclarecida, no entanto, contrariando uma divulgação equivocada que parte da mídia fez do projeto. Atribuindo-o à Ong BemFam (Bem-Estar Familiar no Brasil), alguns veículos de comunicação noticiaram uma "orientação ao aborto", consultando especialistas sobre uma eventual ilegalidade da prática:

- É o contrário! Por isso que eu digo, se o bispo de não sei onde, que opinou no Estadão, conhecesse o programa, ele não o teria condenado como condenou - comenta Faúndes.

Pela idéia do obstetra, já implantada no Uruguai, haverá uma orientação à gravidez, e não ao aborto. Quando se sabe que uma paciente pretende praticá-lo, ela é convocada a fazer uma consulta. Então recebe informações sobre alternativas, como a adoção, ou auxílio para criação do filho. Além disso, é informada dos riscos de praticar um aborto ilegal, sem condições de higiene etc.

- Não perguntam qual é a decisão dela. Se ela quiser dizer, tudo bem. Se não quiser dizer nada, tudo bem também - afirma Faúndes.

Segundo o médico, no Uruguai, as mortes por decorrência do aborto - que chegaram a ser metade da mortalidade materna no país - foram reduzidas a zero. E ele cita o presidente Lula para justificar a idéia:

- Ele disse, no último dia 9 de maio, o que todo mundo pensa: "ninguém gosta do aborto". Mas a pergunta é: a mulher tem que morrer?

E também retruca as acusações de que a orientação incentivaria o aborto e estaria fazendo apologia de uma prática criminosa. Ele afirma ter tomado o cuidado de

consultar o juiz José Henrique Torres sobre a legalidade da questão. Conta que ele não só gostou da idéia como achou que precisava ser implantada em todo o Brasil. E pegou pareceres de vários outros juizes para apoiar seu parecer.

O projeto ainda está em estudo pela Secretaria de Saúde de Campinas e não tem data para começar a vigorar. Faúndes ressalta que, no Uruguai, o projeto tem respaldo do Ministério da Saúde local.

Leia a íntegra da entrevista com o obstetra que defende a implantação da idéia no Brasil:

Terra Magazine - O senhor pode explicar melhor esse projeto?

Aníbal Faúndes - O primeiro ponto a ser explicado é que o projeto não é da Ong BemFam. Eu conheço muito bem esse projeto por ter colaborado com colegas uruguaios na implantação naquele país. O que eu tenho participado é de tentar implantar essa proposta aqui em Campinas, através da Secretaria de Saúde. E falei com o secretário sugerindo que repetissem essa experiência. A BemFam chegou depois, ajudando na parte logística.

E como é o projeto no Uruguai?

O Uruguai é um país que tem uma mortalidade materna menor que a do Brasil. É relativamente baixa. Porém, 1/3 das mortes maternas está relacionada a aborto. No Hospital Universitário de Montevideu, em torno do ano 2000, a taxa de mortalidade materna por aborto chegou a ser metade de todas as mortes maternas. Isso provocou uma grave preocupação por parte dos colegas uruguaios, que decidiram tentar alguma forma de reduzir essa mortalidade materna.

Lá o aborto é proibido como aqui?

Exatamente como aqui. Os mesmos tipos de permissões, não exatamente igual, mas em termos gerais é muito parecido. Mas partiram de um princípio: a lei proíbe realizar o aborto. Mas a lei não proíbe atender a mulher antes e depois do aborto. O segundo princípio é que todo cidadão tem direito à informação. A estar plenamente informado dos riscos que decorrem de suas condutas. Então eles decidiram convocar as mulheres que estavam pensando em provocar um aborto ou que tinham intenção de provocá-lo, para ter uma consulta antes do aborto.

E que tipo de informações passavam?

Primeiro fazem um diagnóstico se ela realmente está grávida. Depois, se a gravidez é normal, se o feto é normal, uma série de patologias... Terceiro, se não correspondia à circunstância em que o aborto é permitido por lei - estupro, risco de morte decorrente da gravidez... Depois, uma etapa de informar a mulher sobre alternativas: de adoção, de ficar com o filho, de receber atendimento

especializado para ela etc. Em um ambiente muito humanizado, de muita solidariedade com a mulher.

Até então, sem abordar a questão de aborto com a paciente?

Não perguntam qual é a decisão dela. Se ela quiser dizer, tudo bem. Se não quiser dizer nada, tudo bem também. Em seguida colocam os riscos que ela corre ao provocar um aborto na clandestinidade. O risco de colocar uma sonda, ou um arame dentro no útero, de fazer com uma pessoa não competente, com medidas não higiênicas, qual é o risco de usar Citotec (medicamento comumente conhecido como abortivo). E é tudo informação que está no site da Organização Mundial de Saúde. Não é informação privilegiada, desconhecida, que uma pessoa com acesso a internet não possa ter. E fundamentalmente eles solicitam que ela retorne dentro da próxima semana ou mês, qualquer que tenha sido a decisão. Se ela optar pelo aborto, o projeto dá oportunidade de informar sobre a decisão. E ela sai da consulta com um método anticoncepcional para que ela não volte a passar pelo mesmo processo. O objetivo do programa é de tentar reduzir o aborto e que a mulher que faça o aborto tenha mesmo risco, tendo consciência.

E esse atendimento seria dado para qualquer mulher que procurasse o serviço público de saúde?

Lá no Uruguai, no Hospital Universitário de Montevideu, é dado a toda mulher que queira consultar. Então o objetivo é reduzir o aborto, reduzir os danos provocados por uma conduta social não desejável, mas que a gente não pode evitar, e terceiro, reduzir os abortos a longo prazo por acompanhamento.

Então a grande polêmica que está sendo posta de maneira errada é que não é uma orientação para o aborto?

É o contrário! Por isso que eu digo, se o bispo de não sei onde, que opinou no Estadão, conhecesse o programa, ele não o teria condenado como condenou.

É uma orientação de gravidez, que traz orientações de aborto seguro, considerando que ela pode cogitar essa hipótese?

Exatamente isso. Ela vai até lá e diz que quer abortar. Nossa gente o que vai fazer? Aconselhar, explicar as opções. No Uruguai, muitas mulheres que estavam com a gravidez avançada, de 12, 14 semanas, considerando os riscos, decidiram não abortar. É dar a informação que a mulher tem direito a ter, sobre sua gravidez e os seus riscos.

Isso já tem data para começar em Campinas?

É uma proposta que a Secretaria de Saúde de Campinas está assumindo, mas eu não sou a pessoa para dizer se já tem data. A secretaria já tem um programa de

doenças sexualmente transmissíveis muito importante, premiado nacional e internacionalmente, e a idéia é implantar dentro desse programa a orientação.

Independentemente do foco, mesmo que na orientação tenha a informação sobre o aborto...

A gente teve o cuidado de encomendar um parecer do juiz José Henrique Torres, que é professor de Direito Penal, uma pessoa muito conceituada, pedindo que ele estudasse o assunto, se era legal ou não. E ele entregou um parecer entusiasmadíssimo, pensando que essa era uma proposta que deveria se estender para todo o Brasil. E ele mesmo solicitou a outro jurista sua opinião sobre o parecer dele, e tem o apoio de uma lista de juristas que concordam que isso não tem nada de ilegal.

E no Uruguai houve uma redução considerável das mortes maternas?

Foi notável. Acabaram as mortes maternas nos hospitais! Foi como o presidente Lula disse no último dia 9 de maio, que é o que todo mundo pensa: "ninguém gosta do aborto". Mas a pergunta é: a mulher tem que morrer? Se você acha que não, tem que fazer o possível para que ela não morra. Tentar ajudá-la, mudar sua conduta. E uma vez que ela está grávida e decidida, a gente tem que tentar evitar a morte.

=====
PROJETO TEVE SUCESSO NO URUGUAI
=====

http://www.portaljj.com.br/interna.asp?Int_IDSecao=25&Int_ID=20816

1/6/2007

O Uruguai foi pioneiro na implantação do trabalho proposto pelo Bem-Estar Familiar. Segundo Aníbal Faundes, um dos responsáveis pelo projeto no Cemicamp em Campinas, o "modelo" reduziu a mortalidade materna, em um hospital público uruguaio, onde um terço das mulheres morriam em decorrência de abortos.

Faundes afirma que os profissionais uruguaio captam mulheres com intenção de aborto. Realizam os exames necessários, que inclui um ultra-som e iniciam o pré-natal. "Este ultra-som é mostrado à mulher, que é informada das diversas opções que tem - inclusive a entrega de seu filho para adoção". Esta sensibilização, entretanto, não impede que as mulheres realizem o aborto. "Oitenta a 90% das mulheres fazem o aborto assim mesmo".

Como são informadas dos métodos abortivos - que também não podem ser usados em hospitais uruguaiois, já que o aborto é ilegal - os índices de morte diminuem. Para Faundes, o uso do medicamento Cytotec (misoprostol) é eficiente em 85% a 90% dos casos. "É o que a literatura nos mostra".

A diferença é que as mulheres que abortaram podem voltar a frequentar o projeto, onde têm um acolhimento solidário e informações para que uma gravidez indesejada não volte a acontecer. "O programa reduziu os dados de mortalidade. Porém não conseguiu mudar a cabeça de quem já queria abortar. É uma estratégia de redução de fatos, assim como a distribuição de seringas para drogados, que já é realizada no Brasil", afirma Faundes.

Ariadne Gattolini

=====
MP PEDE INVESTIGAÇÃO DE ONG QUE PRETENDIA ORIENTAR
MULHERES SOBRE ABORTO EM CAMPINAS
=====

<http://www.cbncampinas.com.br/secao.asp?i=10&a=39&c=11702>

Caso a apologia fique caracterizada, a ONG pode ser fechada

O Ministério Público do Estado pediu abertura de um inquérito policial para investigar a suposta prática de apologia ao crime de aborto, pela organização não-governamental, Bem Estar Familiar no Brasil.

O secretário-executivo da ong, Ney Costa, teria declarado ao jornal O Estado de São Paulo, que um projeto para orientar mulheres interessadas em interromper a gravidez seria implantado a partir de setembro, em unidades públicas de saúde de Campinas.

Ainda de acordo com a reportagem, a iniciativa, inspirada em um hospital do Uruguai, teria recebido um financiamento no valor de 150 mil dólares da Federação Internacional de Planejamento Familiar.

Para o promotor de justiça, Fernando Viana, é preciso investigar se as orientações são sobre os métodos mais seguros para cada caso, ou no sentido de informar as mulheres sobre a ilegalidade da prática. Segundo Viana, se durante o inquérito for caracterizado a apologia ao crime, a justiça irá pedir o fechamento da ong.

O secretário de Saúde de Campinas, José Francisco Kerr Saraiva, admitiu que foi procurado há cerca de 2 meses para discutir o acolhimento à mulher com

gravidez indesejada. Mas, negou que a secretaria tenha qualquer programa neste sentido, previsto para implantação.

Eliana Rocha, uma das coordenadoras do projeto e representante da ong, disse que a intenção não é incentivar o aborto e sim informar sobre os riscos dos procedimentos e que o trabalho está em sintonia com a norma técnica do Ministério da Saúde que prevê a diminuição da mortalidade materna.

=====

JUIZ DEFENDE PROJETO DE ABORTO

=====

http://www.ccr.org.br/a_noticias_detalhes.asp?cod_noticias=818

(2/6/2007)

Estado de São Paulo

Idéia de orientar mulheres que queiram interromper a gravidez foi recomendada à rede de saúde

Tatiana Fávaro

O juiz e diretor da Cidade Judiciária e Fórum de Campinas, José Henrique Torres, defendeu ontem o projeto da Organização Não-Governamental (ONG) Bem-Estar Familiar no Brasil (BemFam) para orientar mulheres interessadas em interromper a gravidez. A proposta é dar informações sobre modos existentes de aborto e seus riscos. Segundo a ONG, o projeto-piloto começará em Campinas em setembro.

Anteontem, o Ministério Público do Estado de São Paulo em Campinas enviou à Delegacia Seccional do município pedido de abertura de inquérito para apurar suposta apologia ao crime.

Mas, segundo o juiz, o projeto - que tem base em modelo já adotado pelo Uruguai - é "absolutamente constitucional". "Não tem nada de ilegalidade, irregularidade, é simples e óbvio: o aborto é criminoso quando feito fora das hipóteses previstas em lei", disse Torres. "O sistema público de saúde tem de ter compromisso com a legalidade. O projeto feito em parceria com um centro da Unicamp visa a mostrar os riscos, inclusive os que podem incriminar a mulher, da ilegalidade da conduta. Devemos considerar que há mulheres que procuram o sistema de saúde decididas a fazer o aborto, não podemos fechar os olhos para isso."

O juiz encaminhou um artigo em que defende o projeto e indica sua constitucionalidade a entidades feministas e ao Centro de Pesquisas Materno-Infantis da Unicamp, que abraçou o projeto no Brasil.

O projeto de aconselhamento recebeu o financiamento de US\$ 150 mil da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), do qual faz parte Carmem Barroso, que defendeu a idéia apresentada pela ONG. Carmem considera que são pequenas as chances de o Congresso Nacional discutir com rapidez os inúmeros projetos sobre liberação do aborto que aguardam votação. "A resistência revela uma idéia incorreta, que passa por religião, moral", observa.

"O projeto é claro: de maneira alguma é cogitada a hipótese de se fazer o aborto ilegal ou indicar que a mulher o faça. O objetivo é dissuadir as mulheres. Portanto, eu não só digo que o projeto não é ilegal como também sugiro que seja adotado pelo sistema de saúde pública", disse o juiz.

O coordenador da Saúde da Mulher em Campinas, Fernando Brandão, informou nesta semana que a secretaria ainda avalia a possibilidade de submeter seus profissionais à capacitação proposta pela BemFam. Até o momento, nenhuma autorização formal foi assinada para a aplicação do projeto-piloto em 15 unidades de saúde, como propõe a ONG.

Segundo dados da Secretaria de Saúde de Campinas, ao menos 1.500 mulheres ao ano recebem atendimento por não terem conseguido completar um aborto. Tanto a BemFam quanto o Cemicamp disseram não fazer parte do projeto nenhuma fase de indução ao uso de métodos abortivos ou de distribuição de drogas para interrupção da gravidez.

=====
"ABORTO NÃO PODE SER SENTENÇA DE MORTE"
=====

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0406200718.htm>

Entrevista/Carmen Barroso

Diretora de Federação Internacional de Planejamento Familiar defende a "redução de danos" para mortalidade por aborto cair

Laura Capriglione, da reportagem local

Os modos delicados e a voz sempre em volume baixo da diretora para o hemisfério ocidental da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF, na sigla em inglês), Carmen Barroso, contrastam com o tamanho da encrenca em

que ela se meteu na semana que passou. Radicada há 17 anos nos Estados Unidos, a ex-professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e feminista das mais respeitadas, veio ao Brasil para divulgar o relatório "Morte e Negação: Abortamento Inseguro e Pobreza".

Aproveitou e defendeu uma estratégia ousada para reduzir a mortalidade materna decorrente de abortamentos malfeitos: a da redução de danos, "nos moldes da que é feita quando se distribui seringas descartáveis para usuários de drogas injetáveis, visando a redução do contágio pelo vírus HIV".

Na prática, significa oferecer informações para as mulheres que querem abortar - sobre a possibilidade de levar a gravidez até o fim e entregar o filho em adoção, sobre os riscos do aborto, e até, sobre como tomar o Citotec, droga usada para interrupção de gestação.

A entidade BemFam (Bem-Estar Familiar) filiada à IPPF, anunciou que pretende iniciar o programa de redução de danos, a partir de setembro, em hospitais públicos de Campinas. O Ministério Público já investiga se isso não caracterizaria "incitação ao crime", posto que o aborto no Brasil só é permitido em casos de estupro e de risco de morte para a mãe.

FOLHA - Como a senhora avalia o pacote sobre planejamento familiar anunciado pelo governo?

CARMEN BARROSO - É bom e oportuno, mas incompleto. Ajuda a combater a mortalidade materna, uma vergonha nacional. Para se ter uma idéia, o Brasil tem índices de mortalidade materna comparáveis aos da Guatemala, país com nível de desenvolvimento muito menor. O planejamento familiar contribui para reduzir a gravidez indesejável e, com isso, reduz a incidência de aborto mal feito, uma das principais causas da mortalidade materna.

FOLHA - E por que é incompleto?

BARROSO - É incompleto porque não inclui contracepção de emergência [refere-se à pílula do dia seguinte], o que eu considero uma falha gravíssima. A outra coisa é que o pacote não trata do aborto inseguro.

FOLHA - Como assim? O Lula não pode mudar a lei por intermédio de um pacote, não é?

BARROSO - Não. Mas pode adotar medidas de redução de danos, como as do Uruguai. A lei não mudou, mas a mortalidade diminuiu porque o Ministério da Saúde local adotou as chamadas "iniciativas sanitárias".

FOLHA - O que é isso?

BARROSO - Quando uma mulher está grávida e não quer levar a gravidez adiante, ela vai ao hospital e recebe um atendimento que, primeiramente, avalia se há mesmo uma gravidez. Depois, verifica se a gravidez está em estado avançado. A partir desse ponto, a mulher recebe informações sobre os riscos da interrupção, sobre a possibilidade de levar a gestação adiante e entregar o filho para adoção, sobre como tomar o Citotec, droga usada para o aborto medicamentoso. O hospital não lhe dá o Citotec, que ela terá de encontrar por conta própria, porque, por enquanto, no Uruguai o aborto não é legalizado, à exceção de uns poucos casos, como no Brasil. O médico informa qual a dosagem certa, como ela deve fazer, orienta-a de que, diante de qualquer complicação, ela deve ir ao hospital imediatamente. Com isso, eles praticamente acabaram com a mortalidade materna no Uruguai.

FOLHA - E sem mudar a legislação?

BARROSO - Sim. É uma estratégia de redução de danos -a mesma lógica que se usa quando se distribuem seringas descartáveis para usuários de drogas injetáveis, visando à redução do contágio pelo vírus HIV. A idéia é dar um tratamento médico ao problema. Se a mulher está decidida a fazer o aborto, que ela não morra em decorrência.

FOLHA - Mas isso não pode ser confundido com incitação ao crime?

BARROSO - A beleza da experiência do Uruguai é que se dirige a um consenso. Todo mundo gostaria que houvesse menos abortos inseguros. A idéia é oferecer às mulheres um aconselhamento em casos de gravidez indesejada, que lhe permita evitar o aborto inseguro -seja dando a criança em adoção, seja decidindo manter a gravidez, seja optando por fazer um aborto pelo método menos danoso. O que se defende é a saúde das mulheres, ao mesmo tempo que se garante o direito à informação e se dá instrumentos para uma tomada de decisão consciente.

FOLHA - O que a senhora acha da idéia de plebiscito sobre o aborto?

BARROSO - O plebiscito é bom porque educa a população. A grande maioria está ainda submetida unicamente à doutrinação de que o aborto é pecado, é crime, e não pôde submeter essa idéia a uma revisão crítica. É possível que, em um primeiro momento, um plebiscito não resulte na legalização do aborto, mas -é observar o que ocorreu em Portugal-, sete anos depois, outro plebiscito pode aprová-la. Recentemente, a Cidade do México também legalizou o aborto. O Brasil demorou 60 anos a mais do que o México para acabar com a escravidão dos negros. Espero que não demore esse tempo todo a mais para libertar as brasileiras.

FOLHA - A BemFam era uma entidade demonizada pelas feministas. O que mudou?

BARROSO - No fim dos anos 1970, predominava na esquerda brasileira não só uma atitude negativa em relação ao planejamento familiar mas até uma atitude natalista. Esquerda e direita, neste ponto, convergiam. A idéia era "vamos ocupar a Amazônia, para evitar que o imperialismo invada" ou "planejamento familiar é controlar guerrilheiros matando-os no útero". Havia muitos equívocos nas nossas posições da época. A BemFam também mudou muito.

FOLHA - Está mais difícil defender o direito ao aborto, agora que a ciência mantém vivos prematuros com idade gestacional cada vez menor?

BARROSO - Acho que a vida em potencial, que é esta que começa no útero, deve ser respeitada. As feministas reconhecem isso. Não são a favor do aborto por questões levianas. Tanto é que consideram, por exemplo, que fazer o aborto para ter um filho e não uma filha, por exemplo, não é certo.

FOLHA - E a mulher que aborta porque o feto tem alguma deficiência?

BARROSO - Não é verdade que todas as deficiências sejam iguais -algumas são verdadeiramente incapacitantes. Fazer a seleção de modo a buscar um filho ideal é muito perigoso. Pode levar a uma sociedade que não tolera a deficiência. Agora, há deficiências graves, que colocam a família em uma situação insustentável, a começar da anencefalia. Nesse caso, é defensável a decisão de aborto.

FOLHA - O que acha de limitar um prazo máxima para o aborto?

BARROSO - O importante é legalizar, para que as pessoas possam decidir o quanto antes.

=====

INQUÉRITO SOBRE ONG É INSTAURADO PELA POLÍCIA

=====

<http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/integra.asp?id=197983>

Carla Silva e Rose Guglielminetti

O delegado Oswaldo Diez Júnior (foto), do Setor de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) da Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Campinas, instaurou inquérito para apurar apologia ao crime de aborto que supostamente estaria sendo cometida pela Organização Não-Governamental (ONG) Bem-Estar Família no Brasil (BemFam).

A ONG é parceira do Centro de Pesquisa Materno-Infantis (Cemicamp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em um projeto que não tem data para ser implementado, mas visa acolher e orientar mulheres com gravidez indesejada.

A Secretaria de Saúde de Campinas chegou a ser procurada para também ser parceira do projeto. No entanto, o secretário Francisco Kerr Saraiva alega que teve apenas uma reunião com representantes da entidade, mas nenhum compromisso foi firmado.

A instauração do inquérito foi feita a pedido do Ministério Público Estadual (MPE). "O assunto é polêmico e as investigações ainda estão no início. Portanto, ainda não dá para ter uma conclusão do que aconteceu", afirmou o delegado.

O delegado do SHPP adiantou que se for constatado que alguma mulher tenha sido orientada a praticar o aborto, as entidades poderão ser responsabilizadas.

"Em tese, pode ser caracterizado como co-autoria do crime", afirmou o delegado. A previsão de conclusão do inquérito é de 30 dias, sendo que esse prazo pode ser prorrogado por mais um mês. Além das apurações, Diez Júnior deverá iniciar intimações de representantes das entidades ainda essa semana.

"Inicialmente chamaremos os representantes da Secretaria de Saúde para saber se realmente esse projeto chegou a ser discutido e implantado na cidade, conforme foi declarado por um funcionário da secretaria durante uma entrevista ao jornal 'O Estado de S. Paulo'. Em seguida, serão convocados os demais envolvidos", afirmou o policial.

Ele acrescentou ainda que as investigações servirão para saber qual a responsabilidade de cada órgão nesse projeto.

Para o promotor de Justiça Fernando Vianna, que pediu a instauração do inquérito, juntamente com o seu colega de promotoria Ricardo Silves, a divulgação desse projeto pode induzir a prática do crime.

A reportagem da Agência Anhangüera de Notícias (AAN) tentou contato com representantes da BemFam, mas ninguém foi encontrado para falar sobre o assunto.

Em entrevista concedida no início deste mês, a secretaria-executiva da BemFam informou que aguarda a intimação da polícia e que não irá se pronunciar enquanto isso não acontecer.

A ONG, que tem a sua sede no Rio de Janeiro, informou, na ocasião, que "não tem nada a temer, já que, em seus 41 anos de existência, desenvolve ações de marketing social, visando atitudes de mudança comportamental, tais como a

promoção da anticoncepção de emergência, buscando tornar públicas informações relevantes e atualizadas sobre alguns temas."

A proposta, segundo os parceiros do projeto, não é ensinar a fazer o aborto, mas de acolher as mulheres com gravidez indesejada. O objetivo seria oferecer alternativas para quem não quer ter o bebê.

Um dos exemplos é incentivar a mulher a continuar a gravidez e depois entregar o filho para a adoção. O projeto ainda pretende orientar as mulheres sobre os riscos do aborto para aquelas que têm a intenção de fazê-lo.

Kerr Saraiva disse que os representantes da Prefeitura de Campinas irão repetir no depoimento o que já foi colocado em nota oficial, que não há nenhuma parceria com a ONG BemFam. "Houve uma conversa, mas apenas no âmbito meramente técnico.

=====
PESQUISADOR DA UNICAMP ENSINA A ABORTAR
=====

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/06/16/296400098.asp>

Publicada em 16/06/2007

Adauri Antunes Barbosa - O Globo

CAMPINAS (SP) - Um dos principais pesquisadores latino-americanos na área de reprodução humana, anticoncepção e morbidade e mortalidade materna, o professor Aníbal Faúndes, do Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas (Cemicamp), defende a descriminalização do aborto. Segundo reportagem publicada pelo jornal "O Globo" deste domingo, o pesquisador garante não ter dúvidas em informar às mulheres a forma correta do uso do misoprostol, o nome genérico do remédio abortivo Cytotec, para combater a mortalidade materna, que apresenta no Brasil um dos mais altos índices mundiais. Aos 76 anos, o chileno é consultor permanente da Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com a reportagem, Faúndes quer evitar que mais mulheres sofram as conseqüências físicas de um aborto clandestino que, em muitos casos, podem levar à morte. Faúndes acredita que a lei que proíbe o aborto no Brasil não é justa e nem eficiente. Por isso, indica a "dose certa" do Cytotec quando é procurado.

- Na dose certa, você tem pelo menos 95% de chance de que a gravidez vai ser interrompida. Não tenho problema em informar isso. Toda pessoa tem direito à

informação correta - defende, ressaltando que sempre vai tentar convencê-la a não fazer o aborto.

Para Faúndes, nenhuma mulher faz aborto porque gosta.

- Não conheci nenhuma mulher que gostasse. Ela acha que é o certo, sente um imenso alívio depois de ter feito.